



VII Congresso Brasileiro de Geógrafos

A AGB e a Geografia brasileira no contexto das lutas sociais frente aos projetos hegemônicos.

10 a 16 de Agosto 2014
Vitória/ES

ANAIS DO VII CBG - ISBN: 978-85-98539-04-1



O PROCESSO URBANO NA DINÂMICA TERRITORIAL DO PARQUE ESTADUAL DA ILHA GRANDE: uma consequência da implantação da atividade turística de acordo com os interesses econômicos hegemônicos.

Orientador(a): Sônia Vidal Gama.

Autor: Danilo Rocha Cerqueira. Graduando do Instituto de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, colaborador do grupo de pesquisa Núcleo de estudos em pesquisa e planejamento territorial (NEPPT)

Co-Autores: Mariana Dias e Aiume Santos

INTRODUÇÃO

O processo de globalização econômica, aquele que se origina no período moderno da humanidade vem produzindo novos espaços e reconfigurando antigos territórios há tempos. Neste artigo pretende-se enfatizar o processo de produção espacial voltada para o atendimento da atividade turística e suas consequências, aliado ao contexto histórico-político existente durante a passagem do século XX. Nesse sentido a área de estudo avaliada aqui seria a Vila do Abraão, que se tornou o principal centro receptor e irradiador das atividades ligadas ao turismo realizadas no Parque Estadual da Ilha Grande (PEIG), localizado no Rio de Janeiro. Foi escolhido este recorte, pois o PEIG faz parte de uma das categorias existentes no Sistema de Unidades de Conservação (SNUC) que referencia jurídica e tecnicamente à implementação de áreas protegidas.

Em um primeiro momento serão destacados alguns acontecimentos relevantes no decorrer do século XX, buscando entender a interação entre os motivos que justificaram a criação de um Sistema mundial político-jurídico de ordenamento territorial para Áreas que apresentassem uma certa biodiversidade ecossistêmica conservada, que resultaram em um Sistema Nacional de Proteção à Natureza.

Busca-se este entendimento acerca do contexto histórico antes de discutir o ordenamento territorial para a inserção da atividade turística, pois foi este Sistema de Áreas Protegidas espalhado pelo globo, que garantiu a expansão da atividade turística com suas perspectivas e intenções mercadológicas, impedindo um funcionamento territorial sustentável, ou seja, impactando o sistema ecológico e aprofundando as desigualdades sociais locais.

Este quadro se encaixa perfeitamente no recorte espacial, a Vila do Abraão. Serão destacados alguns impactos socioambientais resultantes do processo de territorialização que a Vila é imposto devido à implementação do PEIG, aliado ao desenvolvimento da atividade turística, que se torna responsável por acelerar a intensidade deste processo.



VII Congresso Brasileiro de Geógrafos

A AGB e a Geografia brasileira no contexto das lutas sociais frente aos projetos hegemônicos.

10 a 16 de Agosto 2014
Vitória/ES

ANAIS DO VII CBG - ISBN: 978-85-98539-04-1



OBJETIVOS

O objetivo fundamental deste trabalho é apontar para a problemática em relação à conciliação proposta durante o século XX entre o estabelecimento das Unidades de Conservação e o desenvolvimento da atividade turística industrial. Essa estratégia surge ao longo de inúmeras discussões existentes no período citado como solução para frear a degradação da biodiversidade quanto para se alcançar, na prática, o ideal do conceito da sustentabilidade, o que não acontecerá da forma como é passada a ideia ao público e será evidenciado neste trabalho.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para subsidiar a discussão a seguir baseou-se em artigos e livros que compreendessem à temática proposta. Buscou-se basear as discussões conceituais de acordo com alguns capítulos de livros de autores clássicos; Racionalidade Ambiental (Enrique Leff) e Turismo e Sustentabilidade no Estado do Rio de Janeiro (Agnaldo Fratucci). Em relação à discussões pertinentes ao contexto da Ilha Grande, uma tese e um artigo foram mais destacados; De caldeirão do diabo a paraíso ecológico (Ana Santiago) e A hospitalidade no (eco)turismo da enseada de Abraão (Nadja Castilho). Outros artigos e autores foram utilizados também, mas a base do artigo se consolida nestes trabalhos.

BREVE HISTÓRICO DO PROCESSO DE MUNDIALIZAÇÃO DOS PARQUES NACIONAIS NATURAIS E A POLÍTICA DA PRESERVAÇÃO E DA CONSERVAÇÃO

Em artigo publicado por Vallejo (2002) em relação ao surgimento das Unidades de Conservação ele cita:

“Foi nos Estados Unidos, ao final do séc. XIX, que se empregou efetivamente o conceito de parque nacional como área natural, selvagem, logo após o extermínio quase total das comunidades indígenas e a expansão das fronteiras para o oeste. Com a consolidação e urbanização acelerada do capitalismo americano, propunha-se reservar grandes áreas naturais a disposição das populações urbanas para fins de recreação. Nesse caso, o sentido de parque nacional veio acompanhado da noção de “wilderness” (vida natural/selvagem). Em 1872, após a realização de vários estudos, foi criada a primeira área com status de Parque Nacional do mundo, o de Yellowstone, passando a ser uma região reservada e proibida de ser colonizada, ocupada ou vendida segundo as leis americanas (MILLER, 1980, *apud* DIEGUES, 1993).”



VII Congresso Brasileiro de Geógrafos

A AGB e a Geografia brasileira no contexto das lutas sociais frente aos projetos hegemônicos.

10 a 16 de Agosto 2014
Vitória/ES

ANAIS DO VII CBG - ISBN: 978-85-98539-04-1



Ainda segundo (Vallejo, 2002. Apud in Brito, 2003.), neste contexto, conforme referido, foi a criação de Yellowstone, em 1872, o marco fundamental com relação ao estabelecimento dos sistemas de áreas naturais protegidas.

Seguindo a ideia de Brito utilizada por Vallejo, podemos entender que durante o período de criação de Yellowstone até década de sessenta (1960), início da concepção político-jurídico das áreas protegidas, as discussões referentes ao uso e ocupação do solo e ao ordenamento territorial sofreram incrementos de base científica, política e talvez econômica, dando início assim, a um complexo Sistema Mundial de Proteção para Áreas Naturais.

Um dos principais fatores que contribuiu e para a inserção das discussões referentes à crise da escassez de recursos naturais no processo de mundialização da política econômica, foram as reuniões, encontros e/ou conferências “ambientais”. No entanto as ocorridas até a década de 60 não conseguiram barganha suficiente para conceber documentos que conseguissem influenciar as políticas públicas das nações em geral, no entanto conseguiram estabelecer direcionamentos específicos para concepção destas áreas, como é o caso da criação da UINC.

Abaixo serão listados os primeiros encontros responsáveis por direcionar na elaboração e concepção do que hoje conhecemos como os Sistemas Nacionais de Proteção Natural, legalmente regulamentados via legislação e apropriados pelas políticas públicas “modernas”.

- Convenção para a Preservação da Flora e da Fauna – (1933)
- Comissão de Peritos sobre a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América – (1940 – Washington)
- União Internacional para Conservação da Natureza. (UICN) – (1948- Suíça) – Data de Criação
- Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas – (1960) - A UINC estabelece essa comissão “visando promover, monitorar e orientar a criação dos parques nacionais, a qual passou a organizar os congressos mundiais de parques nacionais, a cada dez anos realizados em Seattle (1962), Yellowstone (1972), Bali (1982), Caracas (1992) e África do Sul (2003) (BENSUSAN, 2006)”

O movimento ambientalista ganhou novos contornos, passou a tecer críticas ao crescimento econômico mundial sem preocupação com os impactos ambientais e a escalada do consumo que alimentava esse crescimento. Essas novas ideias deram origem, entre outras formulações críticas, ao conceito de desenvolvimento sustentável e repercutiram sobre as estratégias de conservação da natureza (GANEM, 2011).



VII Congresso Brasileiro de Geógrafos

A AGB e a Geografia brasileira no contexto das lutas sociais frente aos projetos hegemônicos.

10 a 16 de Agosto 2014
Vitória/ES

ANAIS DO VII CBG - ISBN: 978-85-98539-04-1



Percebemos que os primeiros encontros citados na tabela acima ajudaram a impulsionar o processo de mundialização dos debates em torno da sustentabilidade e do desenvolvimento, no entanto são os encontros ocorridos a partir da década de 60 que passaram a conceber documentos oficiais que buscassem orientar a criação de uma legislação específica para garantir a proteção e conservação.

O processo de Globalização Econômica, a crise ambiental e o princípio da sustentabilidade: Bases para o surgimento dos Sistemas de Proteção Natural.

Quando analisamos este processo em um período onde se iniciava uma preocupação internacional entorno da crise ambiental por causa do desequilíbrio ecológico causado pelo sistema produtivo-organizativo capitalista, é preciso entender as estratégias utilizadas pela estâncias máximas de poder decisório no que tange às soluções apresentadas para amenizar os efeitos de um agravamento da própria crise. Assim surge o princípio da sustentabilidade que para Leff:

“O princípio da sustentabilidade emerge no discurso teórico político da globalização econômico-ecológica como expressão de uma lei-limite da natureza diante da autonomização da lei estrutural do valor. A crise ambiental veio a questionar os fundamentos ideológicos e teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, negando a natureza e a cultura, deslocando a relação entre o Real e o Simbólico.” (LEFF. 2006. P. 133)

O princípio da sustentabilidade surge como um critério normativo para a reconstrução da ordem econômica objetivando frear o desequilíbrio ecológico e também a desigualdade social. Este princípio do conceito foi inserido nas discussões que levantaram fundamentações teóricas em relação a importância da criação de estratégias que buscassem sua aplicação. Adiante trabalharemos com a relação entre as Unidades de Conservação e as estratégias de ação elaboradas para o alcance da sustentabilidade. No entanto, busca-se neste momento entender a mudança de paradigma que sofreu a natureza sob a perspectiva humana para após compreendermos a influencia que os ideais conservacionistas exerceram sobre o princípio da sustentabilidade no período da crise.

O triunfo da Globalização da racionalidade econômica como aborda o autor resultou em um processo de hipereconomização em diversos ou praticamente todos os setores da população mundial. As Unidades de Conservação ou também conhecidas como Sistemas de Áreas Naturais começam a ser concebidas em um período de globalização e afirmação desta ordem econômica.



VII Congresso Brasileiro de Geógrafos

A AGB e a Geografia brasileira no contexto das lutas sociais frente aos projetos hegemônicos.

10 a 16 de Agosto 2014
Vitória/ES

ANAIS DO VII CBG - ISBN: 978-85-98539-04-1



Nesse sentido entendemos que até os processos ecológicos passam a integrar os custos econômicos, e conseqüentemente, agregam valor. Este breve detalhe abre lacunas importantes no que concerne a flexibilização para a entrada de outras atividades, também de cunho acumulativo, nas áreas destinadas ao sistema de áreas naturais.

A mudança de paradigma em relação a natureza no debate posto em cheque pela crise ambiental tem seu início com essa inserção da racionalidade econômica no princípio da sustentabilidade, que posteriormente se transformaria no conceito de desenvolvimento sustentável. Quando a economia vislumbrou custear a manutenção do sistema ecológico, notou-se que a lógica acumulativa de mercado adoraria estar inserida nos ideais dos agentes componentes de normas e diretrizes para a produção dos espaços receptores desse processo de “custeio econômico” dos sistemas ecológicos. Essa mudança de paradigma que houve a reboque da relação entre os três aspectos apresentados neste parágrafo, resultaram em uma ideia (ideal) que se propôs a conciliar a continuação do modelo de desenvolvimento econômico e também implementá-lo em áreas que ainda preservassem as biodiversidade característica de seus respectivos ecossistemas, em uma outra perspectiva da indústria a de não exploração “direta” da matéria dos recursos existentes, ou seja, essa interdependência criada entre os aspectos citados contribuíram para o conceito de desenvolvimento sustentável e suas “novas” estratégias de produção do espaço.

A existência atualmente dos Sistemas Nacionais de Proteção a natureza em diversos países do mundo surgiu amparada em um contexto histórico complexo e de imposições ideológicas ao longo do século XX. A globalização econômica, a crise ambiental e a inserção do conceito de sustentabilidade na produção de espaços de preservação foram os pilares de sustentação na elaboração dos Sistemas de Áreas Naturais. Neste sentido o próximo passo do artigo é tentar compreender a importância do contexto histórico no surgimento do Sistema mundial de Áreas Protegidas, trabalharemos com dois eixos de análise, a demanda e a intenção utilizadas como argumento para a concepção destes espaços.

OBJETIVOS DE CRIAÇÃO DAS UC'S: Necessidades “urgentes” e Intenções para seu desenvolvimento econômico.

1) Demandas e Necessidades:

“Para compreender o ordenamento jurídico e as políticas públicas a ele associadas, é preciso entender



VII Congresso Brasileiro de Geógrafos

A AGB e a Geografia brasileira no contexto das lutas sociais frente aos projetos hegemônicos.

10 a 16 de Agosto 2014
Vitória/ES

ANAIS DO VII CBG - ISBN: 978-85-98539-04-1



quais são os pressupostos científicos que amparam as diretrizes, parâmetros e instrumentos conservacionistas.” (PRIMACK; RODRIGUES, 2001) at. (In GANEM 2011).

A primeira demanda (necessidade) que se mostrou muito relevante responsável por justificar a idealização de criação das áreas de proteção, foi a investigação científica, através da conservação biológica que apontou em alguns estudos perda da biodiversidade ambiental em um ritmo acelerado devido ao processo de degradação ambiental ocasionado pelo modelo produtivo industrial capitalista.

Nesse sentido buscou-se fundamentar no conceito de Biologia da Conservação em um dos parâmetros científicos justificáveis para a concepção legal (jurídica) dos territórios de proteção e conservação. Segundo Gamen: “A Biologia da Conservação baseia-se na ideia fundamental e simples de que conservar a biodiversidade é bom para a humanidade, tendo em vista que a natureza é fonte de recursos materiais (vegetais, animais, minerais) usados para finalidades diversas – econômicas, recreativas, culturais, científicas, psicológicas e espirituais.”

Outro aspecto que também contribuiu para nortear a necessidade de implementação das áreas de proteção e conservação, mesmo que com menos respaldo científico que o abordado acima, foi o discurso “alarmante” defendido pela mídia, representantes governamentais e algumas correntes científicas, representado pelas conferências ambientais mundiais (a partir de Estocolmo 1972), “criando” assim uma necessidade mundial em prol da busca pela sustentabilidade”, do ser sustentável (consciente), ou seja, nas mudanças práticas, cotidianas e também ideológicas dos indivíduos. Como as Unidades de Conservação se mostravam uma das poucas estratégias que se propunha a “monitorar” os sistemas naturais, ou seja, produzir espaços sustentáveis ecologicamente, além de apresentar justificativas científicas relevantes para sua criação, foram amplamente defendidas pelos atores principais do debate ao longo do Sec. XX e, apesar de apresentar argumentação pertinente para sua existência, pretendia-se, por trás de todo o contexto da crise ambiental, intenções diretas do modelo de produção espacial capitalista na legitimidade jurídica das Unidades de Conservação e sua inserção nas legislações nacionais.

Sendo assim o próximo item discutirá brevemente as intenções governamentais e empresariais na concepção das Unidades de Conservação. A valorização do espaço natural e a atividade turística serão as intenções destacadas abaixo.

2) Intenções:



VII Congresso Brasileiro de Geógrafos

A AGB e a Geografia brasileira no contexto das lutas sociais frente aos projetos hegemônicos.

10 a 16 de Agosto 2014
Vitória/ES

ANAIS DO VII CBG - ISBN: 978-85-98539-04-1



Deve-se ter em consciência que ao longo do século XX o debate acerca do meio ambiente, logo, da sustentabilidade foi incorporando novos atores e estratégias. A dinâmica de produção capitalista entende que os espaços “ociosos”, ou seja, os que não contribuem para o desenvolvimento do regime de acumulação e circulação devessem receber atividades de cunho econômico.

A grande problemática foi conciliar a preservação da biodiversidade com as atividades industriais do modelo de produção capitalista. Essa contradição não era novidade para os atores responsáveis por elaborarem o Sistema de Áreas Protegidas, que ao longo do século XX e suas conferências, pensaram em atividades “potencialmente” conciliadoras com a proposta de proteção e conservação ecológica. Nesse sentido, durante o período de mudança de paradigma em relação à natureza, surgiram dois aspectos que contribuíram para a inserção de duas atividades industriais nas áreas de proteção. A Especulação Imobiliária e a Atividade Turística ou (Ecoturística).

A especulação imobiliária nas áreas de proteção surgiu devido à desvalorização das áreas centrais urbanas que passaram a serem vistas como um mal à qualidade de vida assim consequentemente dando início a um processo de valorização espacial sofrida pelos ambientes com maior diversidade ecológica. Essa condição é responsável por facilitar a entrada dos instrumentos da modernidade, o mercado, as legislações “objetivas” e o modo de organização social, que juntos acarretaram em uma valoração material do ambiente, possibilitando assim a entrada das regras do mercado de bens e serviços. Leff (2006) acrescenta a este debate que:

“A racionalidade econômica desenvolveu uma estratégia de poder para legitimar seu princípio da racionalidade fundado em um modelo cientificista da modernidade. Dessa perspectiva, não apenas define como racional a conduta dos atores sociais que se regem pelas motivações do mercado, da **lucratividade** e da **utilidade**, mas se procura deslegitimar os modos de organização social guiados por outros valores.” (LEFF, 2006. P. 235)

Concomitantemente ao processo de valorização econômica da natureza, tem-se a atividade turística como a principal estratégia da indústria global para a “produzir”, garantir o manejo aliado a acumulação de capital dos espaços naturais e todos seus processos resultantes, ou seja, considerou-se que esta atividade teria o potencial de conciliar a conservação da biodiversidade e o plano do desenvolvimento econômico sustentável mundial. Sendo assim, o turismo e suas multicategorias de desenvolvimento surgem como a atividade “ideal” para a



VII Congresso Brasileiro de Geógrafos

A AGB e a Geografia brasileira no contexto das lutas sociais frente aos projetos hegemônicos.

10 a 16 de Agosto 2014
Vitória/ES

ANAIS DO VII CBG - ISBN: 978-85-98539-04-1



garantir o “desenvolvimento” da “funcionalidade” destes novos territórios e este será o foco das considerações preliminares deste artigo.

O PARQUE ESTADUAL DA ILHA GRANDE (PEIG) E A ATIVIDADE TURÍSTICA:

Considerações Preliminares de uma Nova Dinâmica Territorial aliada ao início de um processo urbano.

Segundo consta no Plano de Manejo da Ilha Grande, as disposições legais de criação do Parque Estadual e sua inserção no Sistema Nacional de Conservação (o SNUC) ocorreram em períodos distintos: Os atos legais em vigor relacionados ao PEIG, tanto o de criação (Decreto Estadual nº 15.273/1971) como o de ampliação (Decreto 40.602/2007). Já o **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)** foi criado pela **Lei Federal Nº 9.985 (18/07/2000)**. Anteriormente à criação do SNUC não havia um documento oficial como é o caso do plano de manejo, no sentido de traçar objetivos e diretrizes que “guiassem” o ordenamento territorial, que só passou a existir depois dos anos 2000 após sua concepção de acordo com as normas estabelecidas pelo SNUC, o que acarreta em algumas transformações no ordenamento preexistente. Velejjo aponta:

“Entre a criação do PEIG (1971) e a publicação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000), passaram-se quase três décadas. As bases de definição de um parque, entretanto, não se alteraram muito, sendo herdeiras da tradição do “*modelo Yellowstone*”¹³⁶, que conjugou dois pressupostos no seu objetivo de preservação: a concepção de apreciação estética das belezas cênicas e o direito de usufruto da gerações futuras (VALLEJO, 2005, p. 38-41).”

Durante o período destacado acima por Vallejo, o que se apresenta entre a criação do PEIG e o estabelecimento do SNUC, mesmo que o estado já estivesse demonstrado a intenção de destinar o território da Ilha Grande ao regimento ornamental dos Sistemas de Áreas Protegidas, inúmeros movimentos e estratégias surgiram e foram se estruturando ao longo deste período, como é o caso da atividade turística. Nas décadas de 70 e 80, devido a existência do presídio Cândido Mendes, os atrativos comerciais de divulgação do turismo para uma parcela maior da população (nacional e internacional) que pretendia viabilizar uma abertura para visitas públicas mais intensas (ao longo do ano), dificultava o interesse dos consumidores para visita da Ilha. Além de que, esse período foi a fase em que a infraestrutura necessária para atender a um aumento significativo da demanda turística começa a ser implementada e



VII Congresso Brasileiro de Geógrafos

A AGB e a Geografia brasileira no contexto das lutas sociais frente aos projetos hegemônicos.

10 a 16 de Agosto 2014
Vitória/ES

ANAIS DO VII CBG - ISBN: 978-85-98539-04-1



Cais, Porto, Rodovia, Serviços, etc) que fossem capaz de sustentar uma intensidade dos fluxos decorrentes da atividade turística de massa,

Santiago acrescenta que Durante a década de 70 alguns grandes empreendimentos foram direcionados via Governo Federal na Costa de Angra dos Reis, mesmo que o município não estivesse participando de forma ativa da implementação dos projetos. Segundo a autora os primeiros grandes projetos da “era desenvolvimentista” brasileira, responsáveis por dar subsídios à implementação do Turismo na região foram; **“o Terminal Petrolífero da Ilha Grande, TEBIG (1977); a Usina Nuclear Angra I (1972) e a BR-101 (1972-1974), que alterou a sua inserção no âmbito nacional e estadual.”** (SANTIAGO 2010, p 101).

Outros fenômenos que não representam diretamente a infraestrutura física contribuíram para o “preparo” territorial/regional que viabilizasse o funcionamento da atividade turística. A tentativa de implementação do Projeto Turis (1973) que foi utilizado como método resolutivo de impactos e conflitos e modelo de implementação da atividade turística na Região da Costa Verde, atingindo assim também a Ilha Grande.(A criação do decreto governamental 16.067 que estabeleceu as zonas de apoio prioritárias (Abraão, Lopes Mendes e Freguesia de Santana) e secundárias Saco das Palmas e Praia do Sul e do Leste) da Ilha Grande nos servem como exemplos da interferência de outros tipos de estratégias que auxiliaram o início da inserção do turismo na Ilha Grande.

Este período antecessor à incorporação do PEIG ao SNUC e conseqüentemente a criação do seu documento oficial de ordenamento, o Plano de Manejo, por ter sofrido estas interferências e também por pertencer ao contexto destacado na discussão feita no início deste trabalho, contribuiu para influenciar diretamente no processo de elaboração das normas de uso e dos objetivos presentes no Plano de Manejo para o Parque da Ilha Grande no (ano 2000), que podem ser perceptíveis em alguns pontos do documento, que serão levantados a seguir.

Os objetivos específicos do PEIG foram definidos com base na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (Lei nº 9985/2000) e nos objetivos estabelecidos para a categoria de manejo Parque traçados nos documentos oficiais anteriormente citados. Foram enfatizados alguns dos objetivos retirados do Plano de Manejo, estabelecidos para o PEIG abaixo:

- 1) “contribuir com a dinamização da economia da Ilha Grande e a geração de empregos, beneficiando em especial as atividades e estabelecimentos relacionadas à cadeia de turismo, como transporte, hospedagem, alimentação, agências e outros serviços;”
- 2) “gerar receitas para o município de Angra dos Reis, através do ICMS Ecológico.”



VII Congresso Brasileiro de Geógrafos

A AGB e a Geografia brasileira no contexto das lutas sociais frente aos projetos hegemônicos.

10 a 16 de Agosto 2014
Vitória/ES

ANAIS DO VII CBG - ISBN: 978-85-98539-04-1



- 3) “proteger e recuperar a integridade ecológica dos ecossistemas de florestas, restingas, de vegetação de afloramentos rochosos, manguezais, córregos e brejos, assim como costões rochosos, enseadas e praias;” (Plano de Manejo, 2010, p. 234)

Além dos objetivos, analisemos algumas normas gerais estabelecidas para a Unidade de Conservação:

- a) É vedada a construção de quaisquer obras de engenharia que não sejam de interesse da Unidade.
- b) A fiscalização da Unidade deverá ser permanente e sistemática.
- c) São proibidas a caça, a pesca, a coleta e a apanha de espécimes da fauna e da flora, em todas as zonas de manejo, ressalvadas aquelas com finalidades científicas, desde que autorizadas pelo setor responsável.
- d) Hortas pequenas para subsistência poderão ser implantadas se previstas no Plano de Manejo.

Vale destacar que ao analisarmos algumas normas e objetivos apontados pelo Plano de Manejo notamos qual profunda é a penetração deste novo regimento jurídico no ordenamento da dinâmica territorial pre-existente à implementação do Parque e suas normas baseadas no SNUC.

Sendo assim, a população local, as que representam as gerações passadas, também são inseridas nas “novas regras do jogo”, ou seja, na dinâmica do modelo baseado no valor econômico da matéria, que assim, passa a nortear as ações governamentais aos interesses embutido em sua lógica, em sua racionalidade. E a atividade do ramo industrial, responsável por inserir as regras do mercado nas áreas protegidas, refletindo assim a contradição entre o equilíbrio ecológico e a racionalidade econômica no ordenamento territorial, foi a atividade turística (Indústria do Turismo), que atualmente na Ilha Grande não vem garantindo nem a conservação dos recursos naturais nem a busca da equidade social, pelo contrário, agrava os impactos ambientais e aprofunda a desigualdade social, na Vila do Abraão principalmente.

Fratucci (2002) utilizando outros autores clássicos define o fenômeno turístico como: “Fenômeno típico da sociedade capitalista pós-revolução industrial, o turismo apresenta imbricações espaciais e territoriais diversificadas e passíveis de análises várias, conforme a escala de observação proposta. Fruto de atividades e práticas sociais diretamente relacionadas ao movimento e ao deslocamento espacial (NICOLÀS, 1996; MOESCH, 1998) de pessoas e de informações, na sua essência esse fenômeno produz e consome espaços (RODRIGUES, 1997, 1996; NICOLÀS, 1996; LUCHIARI, 1998) e, por consequência, territorialidades e territórios.”

Rodrigues (1997, 1996), propõe uma sistematização das dimensões espacial e territorial

do turismo a partir de três elementos organizadores: os pólos compostos pelas áreas emissoras de turistas, os pólos definidos pelas áreas receptoras e as linhas de ligação



VII Congresso Brasileiro de Geógrafos

A AGB e a Geografia brasileira no contexto das lutas sociais frente aos projetos hegemônicos.

10 a 16 de Agosto 2014
Vitória/ES

ANAIS DO VII CBG - ISBN: 978-85-98539-04-1



desses pólos, por onde circulam os turistas e as informações É nas áreas receptoras que podemos identificar o território do turismo ou o *lugar turístico* por excelência. In (FRATUCCI 2000).

É neste ponto que o recorte espacial do estudo se destaca, a Vila do Abraão. O processo da territorialização explorado aqui, em primeira instância, é percebido pelo próprio estabelecimento do PEIG que segundo Santiago:

“A principal forma de manifestação da territorialidade do PEIG, portanto, é a ilegalidade da ocupação humana, que se converte, na Ilha Grande, como em outras áreas do parque, no estabelecimento de um conflito socioambiental. Embora boa parte do PEIG tenha se constituído com terras públicas, terras devolutas, isso não eliminou a existência de uma questão fundiária¹³⁸.” (SANTIAGO, 2010. P.150).

Devido às normas específicas ordenadas para a gestão “sustentável” do Parque Estadual da Ilha Grande, muito dos fixos surgidos antes da elaboração do Plano de Manejo, a partir do novo regimento jurídico, muitos passam a ser ilegais, o que demanda do estado um esforço de “regularizar” as propriedades e/ou construções “ilegais”.

No entanto, em um segundo momento, o principal aspecto que acarretará uma maior intensidade ao processo de territorialização, no que tange o ordenamento territorial, é a atividade turística, que junto a seu desenvolvimento, irá contribuir para consolidação de uma nova dinâmica territorial na Vila do Abraão, agravando assim os conflitos sócio-ambientais existentes.

“O declínio de determinadas atividades em seu território foi de suma importância para a consolidação do processo de turistificação. A desativação do Instituto Prisional Candido Mendes, durante a década de 1990, foi a principal transformação territorial. Paralelamente, ocorreu a desarticulação da atividade pesqueira, onde seus fixos passaram por um processo de (re)territorialização para atender a indústria da hospitalidade, principalmente na Vila do Abraão, local de maior incidência de fábricas de sardinha, até aquela época (COSTA, 2010). A partir de então, a população local passou a se inserir na nova dinâmica, para atender as demandas de mão-de-obra. Neste contexto, a Vila do Abraão localizada na face continental da Ilha Grande, passa a sofrer intenso processo de urbanização engendrado pelo turismo, demandando e desenvolvendo uma infra-estrutura de equipamentos urbanos, com destaque para a rede hoteleira. Este fenômeno, associado à especulação imobiliária e ao crescimento demográfico despertou inúmeras preocupações, devido à fragilidade dos ecossistemas locais. (CASTILHO, 2012)”



VII Congresso Brasileiro de Geógrafos

A AGB e a Geografia brasileira no contexto das lutas sociais frente aos projetos hegemônicos.

10 a 16 de Agosto 2014
Vitória/ES

ANAIS DO VII CBG - ISBN: 978-85-98539-04-1



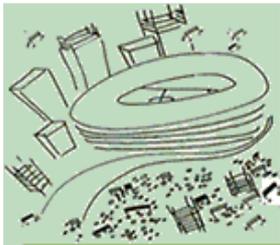
De acordo com Falcão (1996 apud FRATUCCI 2000, p. 122); “o turismo, qualificado como uma nova modalidade de consumo de massa, desenvolve-se no âmbito da emergente economia das trocas invisíveis em escala nacional e internacional. Esta modalidade se expande com a produção de bens (infra-estrutura, construções, alimentos e produtos diversos) e serviços (transportes, hospedagem, alimentação, etc.), que se integram para o consumo final. Esse conjunto de bens e serviços oferece ao mercado de consumo as ‘condições de acessibilidade’ a determinado lugar. O espaço, na dimensão do lugar, assume caráter de objeto de consumo e, como tal, é (re)produzido e comercializado” (FALCÃO, 1996:65).

Essa intervenção realizada pela atividade turística no PEIG, resultou na criação do principal centro receptor das infra-estruturas e serviços turísticos, que é a Vila do Abraão, e nesta área de estudo há evidências concretas da territorialização oriunda das normas de estabelecimentos que sugere o SNUC e do estabelecimento das demandas necessárias para implementação do Turismo de Massa ou do Turismo Internacional.

“Uma boa gestão territorial envolve o reconhecimento e o estabelecimento dos limites que não podem ser ultrapassados em nome do desenvolvimento. A nova tendência do turismo nos espaços naturais associa-se, principalmente, à rarefação dos espaços pouco poluídos e dos preservados. Inversamente, quando uma localidade turística natural passa a ser massivamente frequentada, ela passa a ter os equipamentos para atender a essa demanda e perde sua característica de turismo natural. O valor ecológico está associado ao valor de sua paisagem e, conseqüentemente, à sua atratividade turística (RUSCHMANN, 1997, p. 79-80).”

Esse resultado advém de políticas públicas que consideraram os vários atores sociais que compõem a cidade. Adequou-se o modelo turístico adotado ao perfil da cidade, tendo como atrativo a relação equilibrada entre o espaço construído e o espaço natural.

Essa adequação do modelo turístico ao perfil urbano é o que será responsável por refletir as evidências de um processo urbano na Vila do Abraão. E caso este processo continue crescendo ao ritmo posto atualmente pela economia global, tem-se sim, uma séria possibilidade de urbanização da Ilha Grande, começando pelo centro receptor de atividades (Abraão), que de acordo com sua função na rede dos centros turísticos, poderá difundir os processos de urbanidade hoje desenvolvidos em seu território para outros pontos da Ilha.



VII Congresso Brasileiro de Geógrafos

A AGB e a Geografia brasileira no contexto das lutas sociais frente aos projetos hegemônicos.

10 a 16 de Agosto 2014
Vitória/ES

ANAIS DO VII CBG - ISBN: 978-85-98539-04-1



BIBLIOGRAFIA

LEFF, E. “Racionalidade Ambiental a reapropriação social da natureza”, Capítulos II, V e VI 2006.

FRATUCCI, A. C. Memória e ocupação do espaço, in BARTHOLO, R. DELAMARO, M. BADIN, L. Turismo e Sustentabilidade no estado do Rio de Janeiro, 2005.

SANTIAGO, A. M. de. De caldeirão do diabo a paraíso ecológico: a conversão da Ilha Grande. Tese (Doutorado em Construção Social do Meio Ambiente) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ, 2010.

CASTILHO, N. M. A hospitalidade no (eco)turismo da enseada de Abraão – Ilha Grande (RJ): Reflexos sobre o meio ambiente local, 2012.

GAMEN, R. S. Conservação da Biodiversidade, legislação e políticas públicas. 2011

VALLEJO, L. R. Unidades de Conservação: Uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e políticas públicas, 2002.

RIO DE JANEIRO. SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE. Plano de Maneiro do Parque Estadual da Ilha Grande (PEIG). Instituto Estadual do Ambiente (Inea), 2010.

HAESBAERT, R. O Mito da Desterritorialização: Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialização. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BRASIL 2002.— Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 e Decreto 4.340 de 22 de agosto de 2002. Ministério do Meio Ambiente, 2ª ed. (aumentada). Brasília.



VII Congresso Brasileiro de Geógrafos

A AGB e a Geografia brasileira no contexto das lutas sociais frente aos projetos hegemônicos.

10 a 16 de Agosto 2014
Vitória/ES

ANAIS DO VII CBG - ISBN: 978-85-98539-04-1



XAVIER, Thaís Ferreira. *Do território do cárcere ao território de proteção à natureza: Conflitos no Parque Estadual da Ilha Grande, Ilha Grande, RJ, 2009, 121 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Geografia - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.*

RAMUZ, P. F. *Geografia e turismo: o caso da Ilha Grande, Rio de Janeiro. 1997, 131 f. Monografia (Graduação em Geografia). Departamento de Geografia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1997.*

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 15.273, de 26 de junho de 1971. Cria o Parque Estadual da Ilha Grande.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 16.067, de 04 de junho de 1973. Demarca o Parque Estadual da Ilha Grande.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 40.602, de 12 de fevereiro de 2007. Dispõe sobre a ampliação, ratificação e consolidação do Parque Estadual da Ilha Grande, localizado no município de Angra dos Reis, e dá outras providências.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 9.760, de 11 de março de 1987. Regulamenta a Lei no 1.130, de 12/02/87, localiza as Áreas de Interesse Especial do interior do Estado, e define as normas de ocupação a que deverão submeter-se os projetos de loteamentos e desmembramentos a que se refere o artigo 13 da Lei no 6766/79.

RIO DE JANEIRO. SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E CONTROLE. *Ilha Grande sem medo: estudo de viabilidade de uso do terreno do Instituto Penal Cândido Mendes para fins de turismo e lazer. Rio de Janeiro: SEPC, 1991. Mimeo.*